

Parecer nº 142/98

Data: 1998.11.04

Processo nº 469

Requerente: Câmara Municipal de Castro Marim.

1. A Câmara Municipal de Castro Marim vem solicitar o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, ao abrigo dos artigos 15º, nº 2 e 20º, nº 1, alínea e) da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, sobre a possibilidade de acesso de um particular a determinados documentos concelhios.

Na circunstância, o pedido de parecer surge no seguimento da apresentação de um requerimento por parte de um munícipe daquele concelho onde se solicita a consulta e, eventualmente, a posterior reprodução através de fotocópia ou passagem de certidão dos seguintes processos ou documentos avulsos:

«1. Processo do concurso público e adjudicação dos trabalhos em curso junto da Junta de Freguesia e da construção da rua onde reside o signatário;

«2. Processo ou contrato de prestação de serviço, acessoria ou de avença, relativo à pessoa que se consta ter o pelouro do turismo;

«3. Contrato ou despacho de nomeação do ex-Adjunto do Gabinete de Apoio do Presidente da Câmara Municipal;

«4. Contrato ou despacho de nomeação do Secretário do mesmo Gabinete de Apoio acima referenciado;

«5. Actas de todas as reuniões ordinárias, extraordinárias, públicas e não públicas deste Órgão Executivo, desde o mês de Abril até à data em que tenha lugar a consulta que requer;»

Face ao conteúdo do requerimento, a Câmara Municipal de Castro Marim pretende agora saber quais os documentos que pode colocar à disposição do requerente.

2. Note-se, desde logo, que as informações requeridas pelo munícipe *constam de documentos administrativos sujeitos ao regime estabelecido na LADA* (Lei nº 65/93, conhecida como Lei de Acesso aos Documentos da Administração).

Trata-se, em qualquer dos casos, de documentos elaborados ou detidos por órgãos da Administração municipal (cfr. os artigos 3º e 4º, nº 1, alínea *a* da LADA), documentos esses que, nos termos da lei, não se encontram abrangidos por qualquer outro regime especial de acesso ou de reserva de acesso (como nos casos especificados nos artigos 5º, 6º e 7º, nº 7 da LADA) e que, de acordo com as disposições dos artigos 2º, nº 2 e 7º, nºs 5 e 6 da LADA, já não se encontram submetidos ao regime do direito à informação constante do Código do Procedimento Administrativo. Quanto a este último ponto basta chamar a atenção para o facto de todos os processos ou documentos cuja consulta foi requerida se referirem a procedimentos já concluídos, seja através de uma decisão final da Câmara ou do seu Presidente seja por meio da celebração de um contrato com particulares.

3. Pode, contudo, suscitar-se o problema de saber se, *no âmbito da LADA*, tais documentos não se encontram sujeitos a um regime especial de acesso ou de reserva de acesso (os casos previstos nos artigos 7º, nº 2, 8º e 10º, nº 1). A resolução deste problema exige uma análise caso por caso dos vários conjuntos de documentos requeridos pelo munícipe.

3.1.As «actas de todas as reuniões, ordinárias, extraordinárias, públicas e não públicas» da Câmara Municipal de Castro Marim, desde o mês de Abril até à

data em que a consulta tiver lugar, e os documentos relativos ao «contrato ou despacho de nomeação do ex-Adjunto do Gabinete de Apoio do Presidente da Câmara Municipal» e ao «contrato ou despacho de nomeação do Secretário do mesmo Gabinete de Apoio» constituem, nos termos do artigo 7º, nº 1 da LADA, casos típicos de documentos administrativos de carácter não nominativo. No primeiro caso, porque a lei assim o comina expressamente, como resulta dos artigos 4º, nº 1, alínea a) e 7º, nº 1 da LADA, conjugados com os artigos 85º, nº 1 e 86º do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, não permitindo ao intérprete estabelecer quaisquer diferenciações no regime de acesso às actas em função da natureza das reuniões que as mesmas documentam (a Comissão pronunciou-se desenvolvidamente sobre este regime no parecer 10/96, de 15 de Fevereiro de 1996). Nos dois últimos casos, porque, em coerência aliás com os princípios da publicidade e da transparência, a LADA não admite que, na sua expressão documental, os actos ou os contratos de nomeação de agentes ou funcionários municipais sejam de algum modo qualificados como documentos nominativos ou documentos de acesso reservado (cfr. os respectivos artigos 4º, nº 1 e 10º, nº 1). *A Câmara Municipal encontra-se, por conseguinte, obrigada a facultar o acesso a estes três conjuntos de documentos, na forma requerida pelo particular.*

3.2.E o mesmo se pode e deve dizer dos documentos referentes ao «processo ou contrato de prestação de serviço, acessoria ou avença, relativo à pessoa que se consta ter o pelouro do turismo», pelas razões já enunciadas no ponto 3.1.

Aqui, porém, com uma reserva. De facto, a referência mais ampla ao «processo», entendido, nos termos do artigo 1º, nº 2 do Código do Procedimento Administrativo, como «o conjunto de documentos em que se traduzem os actos e formalidades que integram o procedimento administrativo», abre margem para uma possível inclusão de documentos nominativos de terceiro nesse acervo de papéis.

Deste modo, se as informações condensadas no processo estiverem resguardadas pela reserva da intimidade da vida privada ou contiverem a formulação de apreciações ou juízos de valor sobre a pessoa em causa, a Câmara Municipal *poderá*, mesmo assim, comunicar ao munícipe os documentos requeridos, *mas apenas quando lhe for possível proceder ao expurgo dos dados pessoais sem ter de reconstruir os documentos e sem perigo de fácil identificação* (cfr. os artigos 4º, nº 1, alínea c e 8º, nº 5 da LADA).

Caso contrário, o munícipe só poderá aceder aos dados em causa mediante autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou, em alternativa, se invocar um interesse pessoal e directo no acesso, fazendo acompanhar essa invocação de parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, parecer que, para o efeito, deve ser solicitado em momento anterior ao da apresentação do requerimento de acesso (cfr. os artigos 7º, nº 2 e 8º, nºs 3 e 4 da LADA).

3.3.Quanto aos documentos relativos ao «processo do concurso público e adjudicação dos trabalhos em curso junto da Junta de Freguesia e da construção da rua onde reside o signatário», tratando-se embora de documentos de carácter não nominativo, não está excluído que a sua comunicação venha a pôr em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas. Competirá à Câmara Municipal verificar se esse risco existe em concreto e, em função desse juízo, decidir ou pelo expurgo e comunicação dos documentos (artigo 8º, nº 5 da LADA, aplicável por analogia) ou pela recusa de acesso, sendo certo que o munícipe poderá ainda promover a demonstração do seu interesse pessoal e directo nos termos já referidos acima no ponto 3.2. (artigos 7º, nº 2 e 8º, nº 3 da LADA, aplicáveis por analogia).

É agora possível retirar as seguintes conclusões:

1ª A Câmara Municipal de Castro Marim deve facultar o acesso, na forma requerida pelo particular, às actas de todas as suas reuniões, desde o mês de Abril até à data em que o acesso tiver lugar, bem como aos documentos relativos ao contrato ou despacho de nomeação do ex-Adjunto do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal e ao contrato ou despacho de nomeação do Secretário do mesmo Gabinete de Apoio;

2ª A Câmara Municipal de Castro Marim deverá facultar o acesso, na forma requerida pelo particular, aos documentos referentes ao processo ou contrato de prestação de serviços, acessoria ou avença relativo à pessoa que ocupa o pelouro do turismo, desde que esses documentos não contenham dados pessoais sobre o indivíduo em causa;

3ª Se os documentos referidos na conclusão anterior contiverem dados pessoais, a Câmara Municipal poderá ainda comunicá-los ao particular caso seja possível expurgá-los daqueles dados ou então quando o requerente fizer acompanhar a invocação do seu interesse directo e pessoal no acesso aos documentos de parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;

4ª A Câmara Municipal de Castro Marim deverá facultar o acesso, na forma requerida pelo particular, aos documentos relativos ao processo do concurso público e adjudicação dos trabalhos em curso junto da Junta de Freguesia e dos trabalhos de construção em curso na rua onde reside o requerente, caso verifique que a comunicação daqueles documentos não vem pôr em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas de construção;

5ª Caso verifique que a comunicação dos documentos referidos na conclusão anterior vem pôr em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, a Câmara Municipal poderá ainda comunicá-los ao particular quando for possível expurgá-los dos dados referentes àqueles segredos ou então quando o requerente fizer acompanhar a invocação do seu interesse directo e

peçoal no acesso aos documentos de parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

Lisboa, 4 de Novembro de 1998

Vasco Almeida (Relator) - José Magalhães - Silva Marques - Narana Coissoró - João Figueiredo - Francisco de Brito - Branca do Amaral - Castro Martins (Presidente).